



Captura Crítica

Direito, Política, Atualidade

**NOTAS SOBRE VIOLÊNCIA POLICIAL NA PERIFERIA DA
ZONA LESTE DE SÃO PAULO E A PRÁXIS DO COLETIVO
“MÃES DA LESTE”**

Apuntes sobre la violencia policial en la periferia de la Zona Este de São Paulo y la praxis del colectivo "Madres de la Zona Este"

Notes on police violence on the outskirts of the East Side of São Paulo and the praxis of the "Mothers of the East" collective

Felipe de Araújo Chersoni 

Universidade do Extremo Sul Catarinense e Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, Criciúma, Santa Catarina, Brasil. E-mail: felipe_chersoni@hotmail.com.

Artigo recebido em 28/11/2023

Aceito em 07/12/2023

Captura Crítica: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 207-236, 2023.
e-ISBN: 1984-6096



Este trabalho é licenciado sobre a Creative Commons Attribution 4.0
Este trabajo es licenciado bajo Creative Commons Attribution 4.0
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0

NOTAS SOBRE VIOLÊNCIA POLICIAL NA PERIFERIA DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO E A PRÁTICA DO COLETIVO “MÃES DA LESTE”

Resumo: Pretendemos, com o presente trabalho, apresentar notas de reflexão acerca da violência policial na periferia da Zona Leste de São Paulo. Para tanto, aposta-se em uma abordagem interdisciplinar, para capturar as construções históricas que forjaram os processos de favelização deste lado de São Paulo. Evidenciamos que a vivência negra e os movimentos populares de Mães, como o coletivo “Mães da Leste”, são importantes ferramentas de luta contra o genocídio. E, concluímos que a violência policial na região é reflexo do racismo estrutural e da continuidade da experiência colonial nos aparatos de “segurança pública”.

Palavras-chave: Racismo. Violência Policial. Zona Leste de São Paulo.

Resumen: El objetivo de este trabajo es aportar elementos de reflexión sobre la violencia policial en la periferia de la Zona Este de São Paulo. Para ello, utilizamos un enfoque interdisciplinario para captar las construcciones históricas que forjaron los procesos de favelización en este lado de São Paulo. Hemos demostrado que la experiencia negra y los movimientos populares de madres, como el colectivo "Mães da Leste", son herramientas importantes en la lucha contra el genocidio. Y concluimos que la violencia policial en la región es un reflejo del racismo estructural y de la continuidad de la experiencia colonial en el aparato de “seguridad pública”.

Palabras-clave: Racismo. Violencia policial. Zona Este de São Paulo.

Abstract: The aim of this paper is to provide some food for thought about police violence on the outskirts of São Paulo's East Zone. To this end, we are relying on an interdisciplinary approach to capture the historical constructions that forged the processes of favelization on this side of São Paulo. We show that the black experience and the popular movements of mothers, such as the “Mães da Leste” collective, are important tools in the fight against genocide. And we conclude that police violence in the region is a reflection of structural racism and the continuity of the colonial experience in the “public security” apparatus.

Keywords: Racism. Police violence. East Zone of São Paulo.

Introdução

Este texto é parte do esforço teórico-militante de dois grupos de pesquisa: Grupo Andradiano de Criminologia (UNESC) e Núcleo de Estudos em Gênero e Raça (Negra/UNESC). O Andradiano tem, dentre outros objetivos, esforçado-se a compreender a violência na América Latina, a partir da Economia Política da Pena. Por sua vez, o Negra tem tangenciado tais problemáticas desde a diáspora negra, em uma perspectiva Decolonial e Afrocentrada.

A periferia da Zona Leste de São Paulo é um território predominantemente negro, historicamente abandonado pelas políticas de Estado, que normalmente chegam a esta localidade através de seu aparato de polícia. As altíssimas cifras de mortes, sobretudo de

pessoas negras e empobrecidas, pulsam por mudanças radicais e comunitárias. É neste sentido que, ao longo da história, diversos levantes da classe trabalhadora negra contribuíram para a construção de saberes comunitários, enfrentando, ao modo que dá, o avanço do genocídio negro na região.

A partir da lupa teórica destes dois grupos de pesquisa, somados a nossa vivência orgânica junto aos movimentos populares negros da classe trabalhadora na localidade, este trabalho pretende tecer algumas notas acerca da violência policial na periferia da Zona Leste, a partir de pesquisa documental aos bancos de dados oficiais, tendo plena convicção da precariedade de tais dados. Durante este percurso, propomos uma breve historiografia sócio-geográfica onde podemos contextualizar o desenvolvimento territorial que se deu, sobretudo, pela expulsão da população negra das regiões centrais de São Paulo.

Os empreendimentos imobiliários e os processos de “modernização”, somados às políticas de branqueamento, são as bases do avanço da Zona Leste de São Paulo rumo aos extremos. No que tange ao aparato teórico, apostamos em uma visão interdisciplinar, amparados por um movimento de construção criminológica latino-americana.

É nestas trilhas que buscamos compreender o conceito de território e seus desdobramentos a partir da colonialidade. Firmados em conceitos como autocolonialismo, percebemos que as táticas da violência policial na região guardam intensas características dos mofos da experiência colonial em nosso continente. O racismo, estrutural, é a marca das continuidades desta experiência.

Neste viés, a realidade tem demonstrado que a práxis dos movimentos populares de mães tem se constituído como importante tática de luta, sendo assim, apresentamos degravação de entrevista com a Dona Márcia Ganzarolli, liderança orgânica do movimento Mães da Leste, na qual se evidencia que a política de Estado da região configura-se em política de “matança pública”.

Por fim, chamamos a atenção que este trabalho é a continuidade de uma pesquisa maior. O tratamento de dados, os gráficos, a historiografia, bem como a entrevista com Dona Márcia, podem ser encontrados em outros trabalhos de nossa autoria. Citamos como exemplo o trabalho denominado: “‘Lugar de negro’ racismo e violência de estado na periferia da Zona Leste de São Paulo: realidade, histórias de vida e memória”, ainda a ser publicado, em coletânea organizado pelo Negra.

1 Zona Leste de São Paulo: pequenos fragmentos históricos

A Zona Leste de São Paulo passou a ser ocupada pelos que viviam do “lado de fora” da cidade, sendo este território, até certo ponto da história, também considerada como “fora” de São Paulo. Sendo assim, o avanço urbano passou a ser constituído por pequenos vilarejos que eram gestados ao longo do caminho que ligava a cidade São Paulo ao Rio de Janeiro, através do Vale do Paraíba. Esse eixo passou a ser ainda mais visitado pelos que não tinham espaço na metrópole a partir da implantação da antiga ferrovia Central do Brasil (Rolnik; Frúgoli Jr., 2001, p. 44).

Os bairros de São Miguel Paulista, que é território indígena (Almanaque, 2008, p. 10-11), e o Bairro da Penha, foram antigos núcleos de povoamento, visto que eram pontos de paradas para viajantes que estavam transitando entre São Paulo-Rio de Janeiro. Neste caminho, outros importantes eixos de povoamento foram fundamentais na consolidação da Zona Leste, como, por exemplo, Suzano e Ferraz de Vasconcelos, que hoje já são emancipados do Município de São Paulo (Pereira, 2012, p. 27).

A forma com que a região passou a ser estruturada demonstra bem a demarcação entre os espaços de vivências da população negra e empobrecida, diferenciando-a dos espaços no qual moravam as elites (Gonzalez; Hasenbalg, 1982). Até os dias atuais, a principal marca geográfica-social é a ocupação de loteamentos por famílias advindas de todas as regiões do Brasil (Rolnik; Frúgoli Jr., 2001, p. 44).

Entre 1940 e 1960, o crescimento populacional da região foi bastante acelerado, e isso se deu justamente pela instalação de diversas empresas do mercado químico, somados a um grande fluxo migratório para a capital paulista. Essas pessoas, que chegavam de diversas partes do Brasil, sobretudo do Norte e nordeste brasileiro, enfrentavam um mercado imobiliário bastante excludente, com altíssimos valores cobrados por moradia, fazendo com que os processos de exclusão e favelização se acentuassem (Pereira, 2012, p. 27).

Por volta das décadas de 1940 a 1960 a população da cidade continuava crescendo aceleradamente e a demanda por empregos na indústria era acompanhada pela busca por terrenos baratos, para que as classes trabalhadoras tivessem acesso à moradia. A autoconstrução de casas em loteamentos muitas vezes clandestinos e localizados em áreas de risco foi a realidade encontrada por grande parte da população de baixa renda. Somente mais tarde surgiram políticas de habitação promovidas pelo Estado, com a construção de conjuntos habitacionais. Enquanto isso, na região central da cidade – habitada majoritariamente pela burguesia e pelas classes médias – o Estado e os empreendedores imobiliários se ocupavam com a implementação de obras de teor estético, através de renovações urbanas que privilegiavam a beleza da cidade. Isso

resultou num contraste maior entre as formas urbanas do centro e do subúrbio, que a essa altura já estava se transformando em periferia (Pereira, 2012, p. 27).

Os subúrbios com maior número populacional durante o séc. XX foram São Miguel, Itaquera, Penha, e São Mateus. Este crescimento rumo à periferia veio no bojo do suposto desenvolvimento, sendo que diversas fábricas da indústria química passaram a ser incorporadas nesta região, a qual já era consolidada pela recepção aos imigrantes que procuravam áreas de baixo custo para fixar moradia. Neste sentido, diversos terrenos passaram a ser ocupados por essas famílias que, de forma “irregular”, construíam em marcha acelerada novas ocupações, posteriormente, transformados em grandes bairros (Pereira, 2012, p. 28).

Um dos exemplos de maior elucidação dos processos de “expansão periférica” que marcou profundamente as relações sociais na *Zona Leste* é a chegada, ainda na década de 1930, da indústria de produtos químicos “Nitro Química”, no bairro de São Miguel Paulista. Esta empresa chegou a ser uma das maiores do Brasil. A maioria de seus trabalhadores, pela própria definição social do local, eram imigrantes (Pereira, 2012, p. 28).

As décadas de 1960 e 1970 foram preponderantes para o desenvolvimento urbano deste território, pois, em 1960, foi construída a rodovia Radial Leste, a qual fazia a ligação dessas periferias que estavam em pleno desenvolvimento com as regiões mais centrais da cidade. Já na década de 1970, visando à incorporação dessa área ao centro da metrópole, foi implantada a linha Leste do metrô (Rolnik; Frúgoli Jr., 2001, p. 44).

Essa estruturação em torno de um forte eixo na direção Leste-Oeste, que liga o centro à periferia próxima e distante, reflete a história da exclusão territorial que teve lugar na cidade de São Paulo e que encontra paralelos em todas as grandes cidades brasileiras. Esse processo histórico de destinação socioeconômica dos territórios da cidade teve, como já vimos, a participação decisiva do poder público, que, de um lado, concentrou investimentos no centro expandido protegendo, através de um complexo regulatório urbanístico, o patrimônio imobiliário da população de maior renda que vive nesse território e, de outro, priorizou investimentos na periferia, basicamente em sistema viário e de transportes, que servem para mover a população trabalhadora da “cidade-dormitório” para os espaços de trabalho. Durante décadas a região foi se urbanizando progressivamente, acompanhando o crescimento acelerado da população paulistana, com os maiores índices de crescimento demográfico do município, notadamente da população de baixa renda (Rolnik; Frúgoli Jr., 2001, p. 45).

Em 1980, ocorreu uma questão crucial para a compreensão da territorialização da Zona Leste, sobretudo na intensificação dos processos de favelização. A cidade, na totalidade, decaiu em números habitacionais, e por diversos fatores muitas pessoas deixaram a capital, de forma que os números absolutos de moradores só não foram negativos porque o crescimento vegetativo foi de 680 mil pessoas. Porém, existiu um contraponto neste cenário de mudanças sociais e geográficas, visto que nos lugares onde se investiu na “verticalização”, contemplando

também uma perspectiva “estética”, houve diminuição no índice populacional. Em contrapartida, nas regiões mais extremas, como, por exemplo, o bairro de Ferraz de Vasconcelos, o número populacional aumentou, sendo estas uma das características da segregação racial e econômica das regiões burguesas da cidade (Pereira, 2012, p. 27-29; Rolnik; Frúgoli Jr., 2001, p. 45).

Os anos 1990 foram marcados por imensa expansão do mercado imobiliário dominado pela burguesia, com destaque à falta de políticas de regulamentação, realidade que preponderantemente beneficiava os proprietários. Foi durante os anos 90 que os extremos da capital se afastavam ainda mais do marco zero da cidade, este que se localiza na praça da Sé, região central de São Paulo¹. Neste sentido, os contrastes entre os bairros do Extremo da Zona Leste e os bairros da região mais próximos ao centro aumentava. Enquanto os bairros próximos ao centro eram alvos de políticas urbanas influenciadas pelos Estados Unidos da América, tendo como marca prédios altos e com uma moderna estrutura, enquanto os rincões da Zona Leste tinham como principal marca a precariedade² (Pereira, 2012, p. 40).

Por volta da década de 1980 e, sobretudo nos anos 1990, já podiam ser observados os grandes contrastes na paisagem da cidade, que se tornará ainda mais fragmentada do que nas décadas anteriores. Na zona leste, conforme aumenta a distância em relação ao marco zero da cidade, situado na Praça da Sé, acentuam-se a precariedade de formas urbanas e as carências coletivas. Os bairros mais próximos ao centro, como Mooca, Belém e Tatuapé, apresentam um padrão urbanístico mais íntegro, submetido à violenta especulação imobiliária; ruas largas e espaçadas, antigas vilas operárias e sobrados espaçosos tem sido demolidos para a construção de imponentes edifícios, que atendem à demanda de moradia da nova classe média-alta, formando enclaves residenciais (Pereira, 2012, p. 40).

Entre os extremos e o centro da cidade, bairros como Penha, Vila Matilde, Carrão, Vila Formosa são habitados por classes médias e média-baixas. “Os distritos de Itaquera, Parque do Carmo, São Mateus, Ermelino Matarazzo, São Miguel, apresentam um processo de ocupação” que mesclam as camadas urbanas às ocupações mais antigas. Porém, temos que dar destaque aos extremos formado por bairros como São Miguel, São Rafael, São Mateus, Iguatemi, Cidade Tiradentes, Guaianazes, Lageado, e Itaim Paulista. Estes bairros estão na chamada zona de

¹ A praça da Sé atualmente sofre um intenso processo de mercantilização. Entregue à iniciativa privada, o histórico local de celebrações populares agora funciona como espaço de shows e eventos privados.

² Fábio de Macedo Tristão Barbosa (2013) demonstra como o imperialismo norte-americano foi força fundamental nestes processos de “modernização” das áreas urbanas. Pensamos que estes processos imperialistas nas regiões urbanas do Brasil ganham força em nosso território, a partir do mito da democracia racial e com os processos eugenistas de “branqueamento” das cidades.

fronteira, porque logo depois deles já está a zona limítrofe da capital (Pereira, 2012, p. 40) e, como veremos adiante, nestes bairros estão contidos os maiores números de mortes pela PM.

Fotografia I - Registro da segunda caminhada pela paz do bairro de Jardim Ângela, em São Paulo, no ano de 1997



Créditos da imagem: Fórum em defesa da Vida (1997)

2 “Zonas de negro”: segregação racial territorial e a população negra na Zona Leste de São Paulo

O título desta passagem se inspira na pesquisa de Marcelo Vitale Teodoro da Silva (2018), denominada *Territórios Negros em Trânsito: Penha de França – Sociabilidades e Redes Negras na São Paulo do Pós-abolição*, onde o autor “apresenta a importância histórica da população negra no bairro da Penha de França, discorrendo especialmente sobre as formas de sociabilidade, lazer, organização política e suas estratégias de luta contra o racismo” (Silva, 2018, p. 14).

Nesta perspectiva, Silva (2018) apresenta a Zona Leste de São Paulo, sobretudo o bairro da Penha, como um desses espaços da população negra, enfatizando nesta empreitada também as formas de apagamento histórico pelas sistemáticas tentativas de branqueamento da população. Milton Santos (2005) compreende que o território é pertencente mais a uma noção

social do que a uma noção incompleta de região conforme as heranças da modernidade. “O uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica” (Santos, 2005, p. 255).

Dessa forma, o geógrafo chama atenção para a concepção de que o território é composto por vivências, histórias de vida, etc. Assim, o uso do território, tanto pelas populações que o habitam, como pelo Estado, demonstram que este conceito é amplo, é vivo. O território se constitui enquanto “formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí [...]” (Santos, 2005, p. 255).

É, neste sentido, que compreender as especificidades da população negra neste território de São Paulo, segundo Silva (2018), é também navegar nas diversas denúncias de “ideologias branqueadoras do início do século XX, como situado na obra de Célia Marinho de Azevedo (1987), *Onda Negra Medo Branco*” (Silva, 2018, p. 30).

Essa ideologia fez parte da construção da cidade de São Paulo tal como ela é. As duas primeiras prefeituras da cidade, de Antônio Prado (1899-1911) e a de Raimundo Duprat (1911-1915), foram expoentes dos processos urbanísticos pautados nas ideologias eugenistas. Esses processos culminaram na expulsão da população negra das regiões centrais da cidade, os fazendo migrarem para as bordas (Silva, 2018, p. 30).

A lógica discriminatória também norteou a reforma urbana do centro de São Paulo em 1903, quando a igreja e casebre vinculados à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos – que congregava muitos ex-escravos residentes na cidade – foram expropriados e demolidos. A expulsão dos ex-escravos da área considerada sagrada pela “raça de gigante” foi acompanhada pela mudança de nome. O antigo Largo do Rosário passou a denominar-se praça Antônio Prado e a igreja Nossa Senhora do Rosário foi reconstruída no Largo do Paissandú. A reforma urbana ainda promoveu a expulsão das quitandeiras da região sob a alegação de que elas prejudicavam o trânsito local (Domingues, 2004, p. 163-164).

Este modelo de racionalidade cultuou o desenvolvimento urbano burguês paulistano nos moldes “afrancesados”, a partir de uma perspectiva altamente eurocêntrica. Essa expulsão da população negra dos Bairros centrais se deu porque as habitações coletivas situadas em bairros como a Liberdade³ e Bexiga destoavam da organização burguesa das novas formas de morada (Silva, 2018, p. 30).

³ Hoje o bairro da Liberdade é conhecido como o bairro oriental da cidade de São Paulo, recebendo recentemente o nome de “Japão Liberdade”.

Leonardo Teixeira (2022, p. 160-161), buscando amparo em dois importantes estudos (Fausto, 1984; Teixeira, 2015), destaca que a cidade de São Paulo, assim como Recife, foi importante *locus* de desenvolvimento do direito penal subterrâneo no Brasil, em primeiro momento, com a criminalização cultural da população negra, sendo ferramenta fundamental para a expulsão destes povos dos centros da cidade. Neste sentido, as práticas higienistas que surgiram no período pós-escravização foram uma das principais políticas destinadas à população não branca na cidade de São Paulo, e as forças de segurança, através da repressão, expressaram esta práxis de expulsão.

Sendo assim, as práticas correcionais exercidas durante o período de escravização seguiram em vigência após este período, porém, sendo exercidas pelos agentes do Estado. As pesquisas de Fausto (1984, p. 10) evidenciaram uma disparidade entre o número de prisões e os processos abertos oficialmente, além do mais o número de pessoas negras privadas de liberdade era duas vezes maior do que o número de pessoas brancas, o que evidencia uma punição específica a esta parcela da população.

Neste sentido, ocorreu a expansão do poder punitivo, contemplando outras parcelas das classes populares. Teixeira (2015, p. 86) destaca que durante a era Vargas, por exemplo, houve uma simbiose entre a atividade repressiva policial e o moralismo, foi quando se alargou as práticas punitivas contra a prostituição e o rufianismo, sendo tais formas de sobrevivência criminalizadas e tais trabalhadores/as perseguidos e expulsos do centro.

O livro de Lélia González e Carlos Hasenbalg, denominado *Lugar de negro* (1982), demonstra como o racismo, pautado na desumanização do negro, moldou as relações e o desenvolvimento geográfico das cidades a partir da urbanização eugenista, sendo estas constituídas por relações de poder. É neste sentido que se identifica fatores de segregação geográfica condicionados ao sistema escravista, e que “foi posteriormente reforçado pelas políticas de estímulo à migração europeia” (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 90). A criminalização destes grupos, a partir do controle social racial, foi uma “importante” ferramenta de contribuição para a expulsão dessas populações das regiões centrais de São Paulo.

Silva (2018, p. 32) nos recorda do “código de Posturas de 1886, conotando uma estratégia institucional para banir da cidade as quitandeiras e os ervanários”. Essas dinâmicas estruturais patrocinaram graves consequências que são fios condutores do nosso escrito, como, por exemplo “a anulação da memória negra em prol de conceitos que pregavam o desenvolvimento e progresso da cidade” (Silva, 2018, p. 32). “Tais políticas marginalizam as

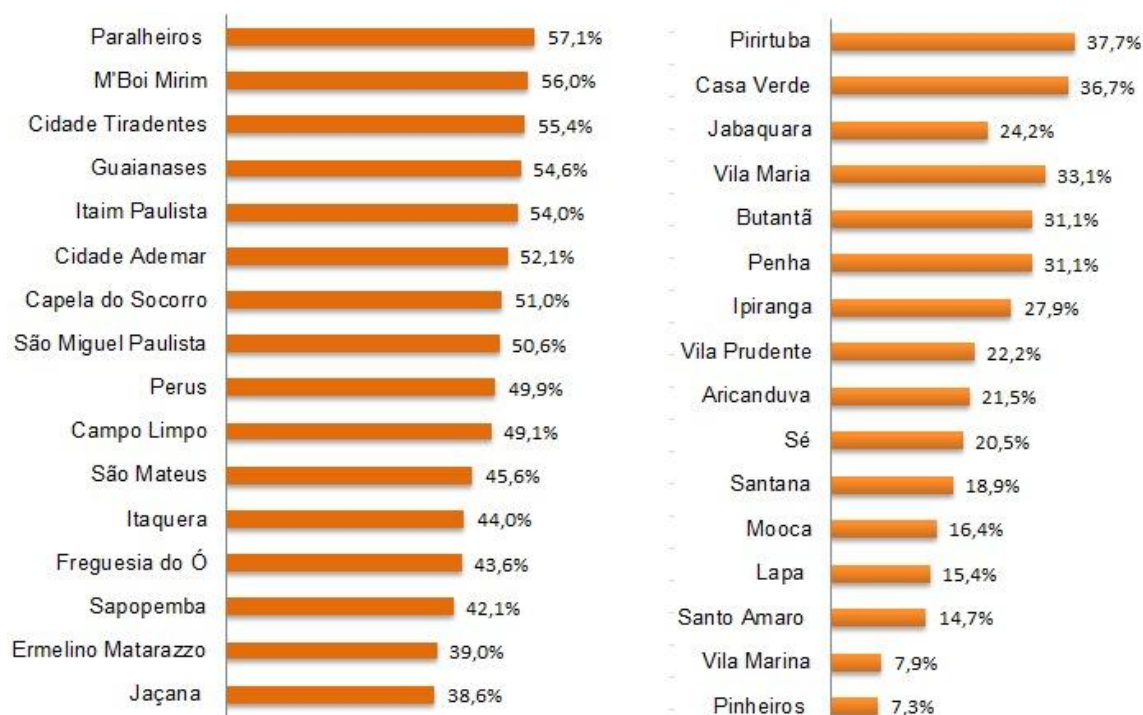
experiências das populações negras em São Paulo e tiveram ressonância inclusive na historiografia (Silva, 2018, p. 33).

Esses processos de memoricídio permeiam, até os dias atuais, as dinâmicas sociais na Zona Leste de São Paulo, e o trabalho de memória desenvolvido por Silva (2018) é enfático ao adentrar as vanguardas das raízes negras e compreender que este lado da capital paulista, sobretudo o bairro da Penha, onde se centraliza a escrita do autor, constitui importante território de vivência da população negra na capital paulista, tendo fortes raízes no cenário do Sampa dentre outras expressões culturais (Silva, 2018, p. 209).

No tempo presente, os dados do ano de 2010 apontam para uma predominância da população negra em bairros da Zona Sul e Zona Leste de São Paulo. Na Zona Leste, destacam-se os bairros de Cidade Tiradentes, com um percentual de (55,4%) da população negra da capital, seguido de Guaianases (54,6%); Itaim Paulista (54%); São Miguel Paulista; (50,6%), Itaquera (44%), e outros. Segundo os dados do IBGE (2010), “a população da cidade de São Paulo era de 11.253.503 habitantes. Desses, aproximadamente (37%) (4.164.504 habitantes) pertenciam à população autodeclarada negra (pretos e pardos)” (Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo, 2015, p. 5).

Vejamos o gráfico.

Gráfico I – Percentual de negros por subprefeitura



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo (2015)

Os dados apresentados pelo Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo, denominado Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios (2015), apontam para uma gigantesca disparidade salarial entre as “zonas de brancos e negros” da capital paulista.

A renda média domiciliar, deflacionada para julho de 2014, no município de São Paulo, decresce com o aumento da população negra em cada subprefeitura. Em outras palavras, quanto maior é a porcentagem de negros, menor é a renda média domiciliar da subprefeitura. Enquanto a subprefeitura de Pinheiros possuía uma renda domiciliar de R\$ 17.045,25 (7,3% de população negra), a de Parelheiros (57,1% de população negra, a maior porcentagem) possuía uma renda média domiciliar de apenas R\$ 1.973,84 (Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo, 2015, p. 5).

Vejamos o gráfico:

Gráfico II – Renda média dos domínios



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Mapa das Desigualdades

Um dos exemplos marcantes é o “tradicional” e burguês bairro de Pinheiros, onde se concentra somente 7,3% da população autodeclarada negra. Nesta localidade, a média de renda da população é de R\$ 17.045,00 (dezessete mil e quarenta e cinco reais). Outro exemplo é o bairro do Itaim Paulista, local onde nasci e residi durante boa parte da minha vida. No Itaim, concentra-se 54% da população negra da capital paulista, e a média de renda, da qual essas

peças sobrevivem, é de R\$ 2.405,00 (dois mil quatrocentos e cinco reais) (Mapa das Desigualdades, 2021, p. 37).

Esse abismo social estruturado pelo racismo no qual as regiões da capital paulista estão emergidas, se cruza com diversos outros tristes índices. Podemos mencionar, por exemplo, a expectativa de vida. Os dados de 2020 apresentam uma disparidade de 23 anos entre os bairros do Alto de Pinheiros e Cidade Tiradentes, este último, que a esta altura já sabemos ser um dos bairros com maior concentração da população negra de São Paulo, localizado no Extremo da Capital (Mapa das Desigualdades, 2021, p. 37).

Vejamos:

Gráfico III – Maior idade média ao morrer em São Paulo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Mapa das Desigualdades (2021)

Em uma observação superficial, nos maiores índices de idade média ao morrer, liderado por Alto de Pinheiros, não aparece nenhum bairro da Zona Leste de São Paulo, nem mesmo os bairros mais próximos ao centro da Capital. Em contrapartida, como veremos, na listagem que representam os piores índices, encontram-se alguns bairros que já são familiares de nossas análises no decorrer do texto, e não coincidentemente, estes bairros sofrem com chacinas e intervenções violentas do Estado.

Gráfico IV – Maior idade média ao morrer em São Paulo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Mapa das Desigualdades (2021)

Entre os piores índices de idade ao morrer, Cidade Tiradentes, como já mencionado, aparece com o pior índice da capital paulista. No *Ranking* dos 10 piores, aparecem quatro bairros do extremo da *Zona Leste* de São Paulo, dentre extremos de outras regiões.

É neste sentido que observamos, na construção do texto, que os bairros com as maiores concentrações da população negra apresentam os piores índices de renda e expectativa de vida, em um escancarado cruzamento entre raça e classe.

3 Notas sobre colonialismo, colonialidade, autocolonialismo e suas intersecções com a violência policial

Zaffaroni (2011), no célebre livro *La Palabra de los Muertos Conferencias de Criminología Cautelar*, onde reúnem-se diversas conferências importantes para a compreensão dos sistemas penais latino-americanos, destaca os fios condutores das violências históricas perpetradas pelo Estado neste território de capitalismo periférico. Neste sentido, o autor aponta para a importância de trabalhos que observem os fios conectores entre as atuais características da truculência estatal com as continuidades deste período histórico, o qual marcou a expansão

territorial e econômica europeia mediante diversos aparatos de violência (Zaffaroni, 2011, p. 442-443).

É a partir dessa perspectiva que o autor supracitado compreende que o discurso “oficial” aponta que os massacres latino-americanos e suas possíveis práticas de violência foram cessados durante os levantes pela independência dos países coloniais. Porém, adverte-se que, para a perspectiva criminológica, essa “verdade” não pode ser considerada como única, visto que os altos números de violência de Estado, perpetrados pelas agências oficiais e não oficiais, demonstram que os fios condutores deste período histórico e algumas de suas principais características seguem delineando a realidade deste continente (Zaffaroni, 2011, p. 444).

Continua a referir o autor que essas características se centram em desaparecimentos forçados, no racismo, nas mortes contra os povos originários, nas práticas de tortura, dentre diversos outros exemplos, marcando a continuidade e o avanço das práticas punitivas coloniais imbricadas nos aparatos de repressão (Zaffaroni, 2011, p. 444).

As teorias críticas da colonização, escola que tem como um de seus principais difusores Frantz Fanon, compreende que a continuidade das “experiências” violentas coloniais é conceituada como colonialismo. Fanon (2022, p. 62-65), em contundentes escritos considerados como “anti-coloniais”, compreende o processo colonial como uma invasão que se pauta na violência, racismo e desumanização dos corpos negros, evidenciando um liame importante e interdisciplinar que vem sendo utilizado como fio condutor das análises da violência policial por diversos intelectuais da criminologia crítica latino-americana (ver: Guimarães; Queiroz, 2017; Tomaz de Souza; Julião, 2023).

É neste viés que o colonialismo seria a continuidade desse sistema de repressão, como uma espécie de “sequência” do emprego da violência da empresa colonial, imbricada, como anteriormente mencionado, em diversos aparelhos do Estado, dentre eles as forças de segurança (Guimarães; Queiroz, 2017, p. 5). Assim, “o colonialismo não é um tipo de reações individuais, mas a conquista de um território nacional e a opressão de um povo [...]” (Fanon, 2022, p. 87) e, para a consumação da dominação dos povos negros, e empobrecidos, principalmente, o aparato militar mantém as mesmas práticas da colonização, utilizando táticas de dominação de territórios empobrecidos e desumanização destes, perpetrando uma política de guerra e retomada territorial (Fanon, 2022, p. 87-88).

A análise fanoniana do colonialismo relaciona tanto o “impacto do mundo social sobre a emergência dos sentidos e identidades humanas” quanto “as situações individuais [que] se

relacionam com o desenvolvimento e a preservação política e social das instituições” (Gordon, 2015, p. 2).

Nesta altura, fica mais fácil visualizar o terceiro nível de análise fanoniana do colonialismo, que, embora presente nos momentos anteriores, expressa uma forma mais profunda de reificação, justamente porque se remete à interiorização subjetiva, por parte do colonizado, dos complexos oriundos da situação colonial [...] (Faustino, 2018, p. 153).

Neste viés, Zaffaroni (2011, p. 445) chama atenção para as metodologias de guerras utilizadas como práticas contínuas na América Latina, compreendendo que uma das formas de penetração dos métodos colonialistas se dá, essencialmente, via forças de segurança, bem como a partir da doutrina das forças de segurança nacional. Isto é, “[...] foram difundidos a partir da Escola das Américas, que era um centro de doutrinação de oficiais das forças armadas da região que atuava no Panamá, [...] a doutrina da segurança nacional [...]” (Zaffaroni, 2011, p. 445, *tradução nossa*).

Para a professora Rosa Del Olmo (2004), a chamada defesa social, ideia difundida através da formação das agências de controle, foi uma imposição dos países coloniais, e, posteriormente, dos países imperialistas, compreendendo o neocolonialismo como outra face do imperialismo estadunidense. A autora evidenciou os reflexos dessa intervenção imperial em nossos aparatos de segurança, por meio da observação das implacáveis ditaduras militares vividas neste continente (Del Olmo, 2004, p. 116-130).

Sendo assim, foi mediante diversos congressos criminológicos, com pouca participação latino-americana, que se difundiu a ideologia da defesa social, na qual o inimigo que anteriormente eram os “agitadores”, na fase imperialista passariam a ser os “terroristas”. A questão central para a professora é que a truculência de tais agências recai sobre os mesmos sujeitos historicamente demarcados, pessoas negras e empobrecidas, bem como os grupos sociais que de certa forma se colocam contra o desenvolvimento imperialista do capital (Del Olmo, 2004, p. 116-130)

Seguindo nas trilhas de compreender a violência estatal na América Latina, Zaffaroni (2011, p. 443) defende que os fenômenos de massacres pós-coloniais latino-americanos são uma conjuntura inovadora, visto que a continuidade da violência colonial na periferia do capitalismo ganhou contornos de autocolonialismo, uma importante apreensão formulada pelo autor, que se torna potente chave de compreensão da violência policial brasileira (Malaguti Batista, 2011).

No Cone Sul, a violência policial se caracteriza como uma espécie de ditadura da segurança nacional. É neste território, portanto, que tal violência ganha os contornos de autocolonialismo, o qual se configura enquanto continuidade do neocolonialismo, mas navega nas margens da colonialidade. Assim, tem-se o Estado como principal vetor da violência, utilizando-se de táticas de retomada de territórios, atentando contra a própria população por diversas questões. Dentre elas, observa-se primordialmente a interferência dos países colonizadores e do capital estrangeiro (Zaffaroni, 2011, p. 443; Malaguti Batista, 2011, p. 108) nos países periféricos, perspectivas que também são denunciadas por pensadores do constitucionalismo crítico (Wolkmer; Maldonado Bravo; Fagundes, 2017, p. 2868).

“Para Zaffaroni, os massacres praticados no próprio território sobre parte da população é obra do Estado de polícia. Ele nos fala do autocolonialismo que atualiza a incorporação periférica aos grandes movimentos do capital [...]” (Malaguti Batista, 2011, p. 108). Nessa perspectiva, portanto, ocorre uma espécie de deslocamento territorial dos massacres, fazendo com que o controle policial alcance o máximo de sua potência nas colônias. “A verdade é que em todos os genocídios estiveram presentes nas agências executivas do sistema penal” (Malaguti Batista, 2011, p. 108; Zaffaroni, 2011, p. 450-451).

É nesta toada de compreensão da violência a partir do conceito de autocolonialismo (Zaffaroni 2011), que Malaguti Batista (2011, p. 116) desloca seu conceito de gestão policial da vida, compreendendo a violência policial, sobretudo suas agências de controle formais e informais, como um dos fios condutores das permanências da violência colonial escravista e racista, ou seja, “de traficados a traficantes” (Benedito, 2016).

Silvio Almeida (2019, p. 27) dedica espaço para a compreensão da concepção institucional do racismo, lembrando que o autor compreende este fenômeno como estrutural, não somente, mas também por conta de suas raízes coloniais. A faceta institucional do racismo é o entendimento de que os privilégios pautados na raça estão imbricados nas instituições, sendo este seu funcionamento. “O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação” (Almeida, 2019, p. 27).

Portanto, é importante destacar que este funcionamento não está somente imbricado nos aparatos de repressão, tendo também o poder judiciário como uma de suas faces de sustentação. Gloeckner e Gonçalves (2017) não dialogam diretamente com as perspectivas de Almeida (2019), mas desnudam que existe uma “unidade de discurso entre polícia e Ministério Público”.

Neste sentido, as polícias praticam atos ilegais, como “uma outra pena de morte” (Dal Santo, 2020), e o Ministério Público executa um papel de omissão (Gloeckner; Gonçalves, 2017).

4 Genocídio da população negra e empobrecida na periferia da Zona Leste de São Paulo e os ecos de resistência política na práxis das Mães da Leste

No documentário *Racionais: Das Ruas de São Paulo pro Mundo* (2022), *Ice Blue*, histórico integrante do grupo e cria do Capão Redondo, Extremo Sul da capital paulista, nos relata que era comum cruzar com corpos sem vida no Capão da década de 80. Isso se dava pela atuação da polícia e de grupos que agiam de forma paraestatal, com a conivência das forças policiais. Em outro momento do documentário, *Kl Jay*, outro histórico integrante do grupo de *rap*, relata que uma das músicas do *Racionais* que fez sucesso na época, denominada de *Racistas Otários*, era uma resposta aos chamados “pés de pato”, pessoas que agiam como “justiceiras”, ceifando a vida dos corpos que eles rotulavam de “bandidos” e, não coincidentemente, de corpos negros.

Na Zona Leste de São Paulo, nos anos 2000, não era diferente. Relatos apontam que era comum cruzar com corpos ao ir à escola, mercado, dentre outros lugares. As frequentes batidas policiais faziam com que os jovens deste território convivessem com o sentimento de medo ao caminhar pelas ruas, usar bonés, dentre outros adereços de moda que eram considerados como “roupas de bandido”. Esta introdução se faz necessária, pois esses diversos relatos se cruzam com números de uma realidade que até o tempo presente marca a carne das pessoas que vivem nestes territórios (Welle, 2023).

Esses fios condutores da histórica violência letal e racista do Estado de São Paulo sobre os extremos, neste caso, o da Zona Leste, não conta com subjetividades docilizadas, pelo contrário, importantes movimentos perquiriram este território. Neste percurso, cruzamos com a oficialização da fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), organizado em ato nas emblemáticas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo (Lima, s.d.).

“O manifesto aconteceu como reação de militantes de diferentes entidades diante de dois casos de racismo”, um desses casos foram os racismos sofridos pelos meninos do time infantil de vôlei do Clube Regatas Tietê, e o segundo, que usaremos como exemplo, foi a prisão,

tortura e morte de Robson Silveira da Luz. Robson era morador do extremo da Zona Leste, no bairro de Guaianases, no auge de seus 21 anos. Era casado e pai de dois filhos, que provia sustento a partir de seu trabalho em um bar no centro de São Paulo, próximo ao Teatro Municipal (Lima, s.d.).

Robson voltava a noite para casa, com alguns amigos, quando ao passar por um caminhão de frutas, apanhou algumas dessas frutas sem permissão, para voltar comendo no caminho para casa. Ele foi denunciado pelo proprietário do caminhão, e a polícia passou a perseguir-los (Lima, s.d.). Os jovens foram presos e torturados. A esposa, Sueli, foi algemada na delegacia. Robson foi levado no dia 29 de abril para o 44º Distrito Policial. Após tortura, foi encaminhado, já desacordado, para o pronto-socorro de São Miguel Paulista, bairro também localizado na Zona Leste, onde foi submetido a uma cirurgia no rim, mas não resistiu e veio a óbito no dia 4 de maio (Lima, s.d.).

“O caso ganhou repercussão e os ativistas negros se indignaram com este episódio, que, infelizmente, é ainda tão comum atualmente”, e se organizaram em frente ao teatro no histórico ato de oficialização do Movimento Negro Unificado (Lima, s.d.).

Atualmente, alguns dados demonstram como o racismo e colonialismo são fios que seguem conduzindo as políticas de (in)segurança pública ou, políticas de “matança pública” (Gazzaroli, 2022). Por exemplo, no ano de 2018, dados da Ouvidoria das polícias de São Paulo desvelam que a Zona Leste e Zona Sul da cidade foram as regiões onde se concentraram os maiores números de mortes ocasionadas pela atuação das polícias (Martins, 2019).

Imagem I – Letalidade policial por região da cidade de São Paulo



Fonte: Martins (2019).

Durante a pandemia, os dados demonstraram um aumento de 10% no número de mortes advindas de intervenções policiais. Em contrapartida, os dados de fatos criminalizados e prisões diminuíram. No segundo trimestre de 2019, foram registrados 109 óbitos, enquanto no ano de 2020 registrou-se uma variação de 120 óbitos no segundo trimestre, apontando um aumento de 10% (Arcoverde; Leite, 2020).

Porém, os dados de fatos criminalizados pelo Estado demonstram uma diminuição. Os fatos criminalizados contra o patrimônio, por exemplo, no primeiro trimestre de 2019 foram de 126.337 mil, enquanto no mesmo período de 2020 foram de 88.537, uma queda de 30% (Arcoverde; Leite, 2020).

Tabela I – Conduas criminalizadas (2019-2020)

Distrito	Região	Mortes por MDIP entre abril e junho	Roubos no 2º tri. 2019	Roubos no 2º tri. 2020	Varição
68º DP (Lajeado)	Zona Leste	6	393	363	-8%
85º DP (J. Mirna)	Zona Sul	6	685	753	10%
54º(C.Tiradentes)	Zona Leste	4	371	402	8%
73ºDP (Jaçanã)	Zona Norte	4	402	395	-2%
75ºDP(Arpoador)	Zona Oeste	4	390	280	-28%
55ºDP(P.S.Rafael)	Zona Leste	3	320	223	-30%
46º DP (Perus)	Zona Norte	3	459	272	-41%
47º (C. Redondo)	Zona Sul	3	1158	1030	-11%
49ºDP(S. Mateus)	Zona Leste	3	670	533	-20%
70º DP (Vila Ema)	Zona Leste	3	405	251	-38%
89º(P. Morumbi)	Zona Sul	3	340	302	-11%
93º DP (Jaguaré)	Zona Oeste	3	277	177	-36%
97ºDP(Americanópolis)	Zona Sul	3	246	324	32%
98º DP (Jardim Miriam)	Zona Sul	3	759	576	-24%

Fonte: Arcoverde; Leite (2020).

O bairro de Lajeado, extremo da Zona Leste de São Paulo, localizado em Guaianases, local da morte de Robson, que deflagrou o ato de reorganização do MNU, conforme a tabela demonstra, registrou 6 mortes por intervenção da polícia, seguidos do Jardim Mirna, na Zona Sul da cidade. A cidade Tiradentes, também no Extremo da Zona Leste, local marcado por baixos salários e uma grande concentração da população negra da capital, registrou 4 mortes (Arcoverde; Leite, 2020).

Em outra ocasião, em escrita partilhada, desenvolvemos tópico denominado *Bairros Colônias*, onde raça, classe e gênero se cruzam, delineados pela relação de poder do Estado,

que age como colonizador nestes territórios predominantemente formados pelas populações negras (Araújo Pessoa; Araújo Chersoni; Lima, 2022, p. 328).

A Zona Leste da capital paulista é um exemplo dos bairros-colônias, onde a atuação do Estado é uma forma concreta da invasão dos colonizadores ou do auto-colonialismo, sendo a região que concentra mais de um terço da população da cidade e seis das dez regiões com mais baixos índices de desenvolvimento humano de São Paulo. É na Zona Leste que ocorreu o maior número das mortes cometidas por PMs na capital entre 2017 e 2018 (Araújo Pessoa; Araújo Chersoni; Lima, 2022, p. 335).

Sobre estes exponenciais aumentos das mortes ocasionadas por policiais no período da pandemia, estão a repressão aos *bailes funks*, que passaram a ser, mais do que nunca, alvos da repressão violenta do Estado. A repressão às expressões culturais negras não foram frequentes somente nos períodos pandêmicos, quando a concentração de pessoas estava proibida, o que justificaria, ou não, as intervenções policiais. “Ao longo da história, cultura e religiões de matriz negra ou africana foram tratadas com violência pelas autoridades, que se empenham em impedir a ocupação do espaço público” (Alessi, 2019).

Ao longo da história do Brasil, mudou o ritmo, dos tambores, pandeiros e atabaques para a batida eletrônica grave. Mas há continuidade na repressão de manifestações culturais de matriz africana e negra (capoeira, candomblé e samba) ou periféricas (rap nos anos de 1990 e 2000 e funk atualmente) com empenho e violência (Alessi, 2019).

Atualmente, outro movimento popular que tem importante representação na atuação contra a violência do Estado na Zona Leste de São Paulo são as Mães da Leste⁴. O movimento tem como liderança a dona Márcia Gazzarolli, conhecida na região como Márcia Gazza. “Aos 62 anos, Márcia Gazzarolli é uma abraçadora. Em uma sala improvisada na parte baixa de sua casa, bexigas, cadeiras, água e café quente convidam a entrar”. Na parede, um *banner* enorme com o rosto de jovens mortos pela polícia na região recebe as mães, que se organizam para fazerem do luto a luta (Gazzarolli; Moreira, s.d.).

Dona Márcia dedica potência na luta por justiça e memória de seu filho, que carinhosamente é chamado por ela de Renatinho. Renatinho foi vítima da violência letal da polícia militar de São Paulo, no Bairro de São Miguel Paulista, extremo da Zona Leste da Capital, em plena luz do dia (Gazzarolli; Moreira, s.d.).

⁴ Pontuamos necessário destacar que existem diversos outros movimentos populares e organizações que lutam contra o terrorismo do Estado, e que prestam assistência processual as pessoas encarceradas etc. Destacamos o Movimento Mães da Leste pela minha proximidade com a Dona Márcia e o Movimento.

Em mesa organizada pelo Negro, no *IV Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade*, ocorrido em 21/09/2022, Márcia protagonizou importante debate em que relatou um pouco de sua história e da trajetória das Mães da Leste.

Boa tarde pra todos, pra todas vocês. Muito prazer estar aqui, né, se impondo aqui na Leste, que eu moro aqui, participando deste evento e dando voz pra todas as mães aqui e filhos que foram assassinados pelo Estado. Eu sou Márcia, sou coordenadora do movimento mães de maio da Leste, sou defensora dos Direitos Humanos, sou mãe do Renatinho, um jovem de 21 anos que está aqui [mostra fotos que estão ao fundo], que faz parte da faixa, que foi torturado às três e quarenta da tarde, quatro policiais da força tática. Meu filho teve traumatismo craniano, sufocamento no tórax e hemorragia em todos os órgãos do corpo. Meu filho era um jovem negro, de 21 anos, e foi nesse ano, em 2015, que eu conheci a luta. Que eu conheci a dor da impunidade, a dor do preconceito, a dor da violação dos direitos humanos, a dor da violação da tortura, da injustiça, que fazem sete anos que eu perdi meu filho e até hoje nós, eu como muitas mães aqui da Zona Leste e de todo o Brasil, esperamos por justiça. Aqui, movimento, na verdade, eu comecei em 2015, depois que perdi meu filho, eu comecei a conhecer várias mães pelo Facebook que tinham perdido seus filhos, e foi conhecendo uma e outra, várias mães que tinham seus filhos assassinados pela violência policial, foi então que nós começamos a se unir e se encontrar. Foi quando surgiu o coletivo Mães da Leste, foi em 2015 na verdade, foi no final de 2015 que nós já começamos com essa luta por justiça, e onde uma porção muito pequena de mães que conseguem ir pra luta. Muitas estão doentes, muitas têm medo, muitas, a maioria tem medo. Então, as poucas que têm, nós conseguimos unificar com várias mães de outros estados que nós conhecemos, mães do Rio De Janeiro, de Minas, Salvador. A minha referência, que é a Débora, que é uma pessoa que eu conheci, uma das primeiras que eu conheci na luta, assim como muitas mães que fazem a diferença na luta, que dá força pra nós, que dá força pra que eu aqui na Leste consiga continuar. Pra que amanhã ou depois nós temos um país melhor, onde não exista o racismo, o preconceito [...] (Gazzarolli, 2022).

É neste sentido que percebemos que a violência do Estado se estende para as famílias das vítimas, que encontram na luta coletiva substrato, apoio emocional e amparo para lutar por justiça e memória. E que a violência de Estado se estrutura no racismo, no preconceito social e nas opressões de gênero.

[...] Porque, na verdade, nós aqui sofremos o preconceito racial e o social também, porque eu moro na periferia, nasci e fui criada na periferia, e aqui é onde os jovens sentem mais esse preconceito. Principalmente os jovens negros. Além de morar na periferia e ser negro, pesa mais sobre a cabeça dele e da família e de todos aqueles que são contra o preconceito e são contra o genocídio e a favor da vida. A Constituição Federal prevê como dever do Estado garantir nossa segurança pública, garantir nossos direitos... Mas desde que eu conheci, que eu saí da bolha que nós vivíamos, que antes de eu perder meu filho eu não conheci eu não sabia o que era isso, não conhecia, desde então eu comecei a conhecer, que eu comecei a lutar, são poucos os passos pra frente que nós damos [...] (Gazzarolli, 2022).

Márcia detalha como as mães que perderam seus filhos sofrem com o desamparo do Estado em promover, também, políticas públicas de saúde mental, fazendo com que o espaço das Mães da Leste, também se torne local de amparo emocional para estas mulheres.

São mães aqui que eu conheço, mães que estão comigo no coletivo, estão doentes, psicologicamente nós não temos ajuda do Estado, mães que ficaram muito doentes, mães que até morreram. Eu mesma, hoje eu faço uma terapia, mas isso nós conseguimos com as mães unidas, não foi o Estado que nos ajudou. Nada, nada. Foi o coletivo, uma ajudando a outra, é uma segurando na mão da outra que nós fazemos a diferença. Porque se dependesse do Estado, nós mães já teríamos morrido e muitas estão morrendo pela segunda vez. Porque a partir do momento que chegam os inquéritos na mão do promotor, na luta das mães e familiares. Eu, na verdade, quando falo do meu filho, eu penso em todos aqueles jovens e aquelas mães que eu conheço, porque a dor que nós sentimos é uma dor tão grande, uma dor tão imensa, que eu sinto na lágrima de uma mãe, a morte do meu filho ontem. Quando eu vejo uma mãe chorando do meu lado, é a mesma coisa que meu filho tivesse sido assassinado ontem. E a cada encontro que nós temos, é onde a gente pode desabafar, que a gente pode abraçar uma à outra. E o que é que nós queremos? A gente quer que o Estado, que o Ministério Público, reveja esses casos. Porque os policiais saem pra rua pra matar. Meu filho, ele foi escolhido pra morrer. Ele já tava escolhido pra morrer (Gazzarolli, 2022).

E a partir de sua história de vida, dona Márcia denuncia o caráter genocida e racista do Estado através de suas forças de segurança. Em potente e emocionante fala, aponta como a PM age como um verdadeiro grupo de extermínio, sobretudo no bairro de Cidade Tiradentes, local que carrega uma triste história de morte de sua população, que é preponderantemente formada por pessoas negras.

[...] Uma abordagem às três e meia, torturado até a morte? Ele já tinha tido uma abordagem um tempo antes, então da segunda vez já foi pra matar mesmo. Aqui na Zona Leste da Tiradentes nós temos sim, temos sim, um grupo de extermínio. Porque toda semana são jovens mortos aqui, toda semana. Eu tenho mães doentes no grupo fazendo tratamento, tem mães hoje, inclusive eu tava conversando com uma mãe que ela não conseguia nem falar comigo. Se eu hoje tô sentada nessa mesa, eu sou a prova viva dessa luta, a prova viva da morte do meu filho e de tantos jovens que morrem na periferia. E não é só pelo meu filho que eu falo hoje aqui, é por todos esses jovens, por todas aquelas mães que estão morrendo. E eu estar sentada nessa mesa hoje, com eles do meu lado aqui na faixa, é o motivo pra mim gritar, gritar ao mundo que eles têm voz, que eles foram mortos, assassinados, mas eles têm nós que damos voz a eles. Nós mães, nós avós, nós tios. E nós queremos que o Brasil nos ouça, nós queremos que mude essa segurança que não pertence a nós. Pois é uma segurança que nos mata. Só a luta pode mudar nossa vida. Só a luta pode mudar esse mundo, esse país, e é a luta que ainda me faz, hoje, estar conversando com vocês aqui. É a luta que me dá força. Eu não sei muita coisa pra falar, eu não sei falar muito, mas o que eu falo é uma mãe que está aqui na luta fazem sete anos. É uma mãe que tem no coração a luta. Que luta por justiça, por um país melhor, por um mundo melhor, por um mundo sem preconceito social, racial, homofóbico, um mundo onde nós temos vida, que nossos filhos possam viver mais, que possam ter uma estabilidade. Porque é fácil um policial ir numa esquina abordar e matar, mas não sabe aquele jovem que às vezes não tem nem comida pra comer dentro de casa. Às vezes porque está com uma roupa melhorzinha, “ah, ele é negro, roubou”. Sabe? Na periferia é assim. Na periferia, nas comunidades. E eu vivi isso, eu vivo isso. Eu moro no extremo leste de São Paulo, eu sei muito bem como que é a situação aqui. É muito diferente, é totalmente diferente da polícia que tá lá na Zona Sul, as abordagens lá são completamente diferentes da periferia, a abordagem com jovens da Zona Sul, do meio social alto, é diferente como nas comunidades e nas periferias. Aqui os jovens são criminalizados só deles estarem em uma esquina parados [...] (Gazzarolli, 2022).

E, ancorados no racismo, estes jovens são os alvos preferidos das políticas de criminalização do Estado.

Eles já são criminalizados, são vagabundos, são ladrão, são nóia. E é isso. Eu vivo pra lutar e vou continuar lutando até o fim da minha vida, enquanto eu tiver força, porque eu quero que mude essa justiça, essa segurança pública. Que nós não temos né. Nós temos matança pública, não segurança pública. É impossível falar da segurança pública né, porque a polícia tá diretamente ligada a isso. Eu sei que hoje nós estamos aqui falando sobre os direitos humanos, mas esses direitos humanos são violados pela polícia militar, né. Então, quer dizer, a injustiça que as mães têm, sete, dez anos, que estão seus filhos assassinados e não têm resposta do Estado. Às vezes demora sete, dez anos, e são arquivados os casos. Tudo isso é pra tirar a culpa do Estado mesmo. E aquele foi menos um na estatística. É isso, na estatística do Estado é menos um. Vamos esperar que mude isso, e que o amanhã nessa luta que nós cerramos contra essa violência, esse preconceito, essa violação de direitos, que amanhã ou depois nós consigamos dar passos a frente e ver justiça, e ver justiça contra a política militar. Porque ela é assassina. Ela é assassina. Ela mata nossos filhos e não dá respostas. O Estado não dá resposta pra nenhuma mãe. E as mães acabam morrendo porque o Estado engaveta. Os arquivam, por causa de quê? Porque quem matou nossos filhos foi um servidor do Estado. Aquele que o Estado dá a caneta, dá canetada pra matar nossos filhos. Eu não tenho muito que falar, eu só agradeço vocês pra mim poder desabafar e falar tudo que saiu de dentro do meu coração, saiu da minha alma. Quem sabe um dia eu vou poder falar muito mais, mas com coisas melhores, porque até agora aqui eu não tenho muita coisa boa pra falar (Gazzarolli, 2022).

A partir das potentes falas de Márcia, é possível compreender as dinâmicas de violência perpetradas pelo Estado, a partir do que esta mãe denomina de políticas de “matança pública”. Essas dinâmicas de violência que acabam com o *corpo negro caído no chão*⁵, fazendo referência ao importante escrito da professora Ana Flauzina (2008), moldam a realidade das periferias brasileiras, “zonas de negro” (Silva, 2018), e que se conectam com fios que se consolidaram com o racismo colonial, escravismo e com as reais funções do Direito Penal ao longo da história.

Sendo assim, o movimento Mães da Leste, em sua práxis, em primeiro plano, luta por memória, justiça, reparação e acolhimento de outras mães da região, em um movimento contínuo de denúncia do genocídio na Zona Leste de São Paulo, tendo como horizonte a superação do braço armado estatal. Possivelmente, consolidando uma segunda linha de atuação que se verticaliza contra o próprio Estado. Nesse sentido, o movimento busca o resgate de uma atuação comunitária, onde o elo de união é o luto que se potencializa em luta. Desde 2015, o movimento reúne outras mães e busca sua atuação, tanto nas ruas como institucionalmente, fazendo denúncias junto à Corregedoria da Polícia Militar, atuando em parceria com outras

⁵ Ao escrever esta última parte do texto, neste exato momento, a cidade do Guarujá, litoral paulistano, sofre com uma intensa chacina, por vingança da polícia, da morte de um dos seus agentes. Até o momento, foram registradas mais de 10 vítimas letais (Dalapola, 2023)

redes e movimentos, tendo também, na Defensoria Pública, uma importante cooperação nestas batalhas institucionais (Gazzarolli, 2023).

O caráter de denúncia é uma potente arma do movimento, pois muitos desses jovens sequer chegam a se transformarem em estatística⁶. Nesse sentido, este caráter de denúncias desnuda um cenário ainda maior que envolve relações de poder em interseção com o Estado policial. Destaca-se, neste sentido, a importância do apoio da militância de estudantes, população em geral e outros movimentos populares. Após a morte de seus filhos, o movimento tem como base a luta pela saúde mental dessas mães, pois Dona Márcia destaca que toda vez que morre um jovem em São Paulo é como se seu filho tivesse morrido (Gazzarolli, 2023).

Por fim, chama-se atenção para que apesar de parte da luta se amparar através das vias institucionais, o movimento tem plena convicção de que sua práxis deve ultrapassar a luta interna via instituições. Na atuação concreta das mães, destaca-se o abandono estatal, como anteriormente mencionado. Essa faceta do genocídio do Estado (o abandono), na visão das mães, é um recado de que o Estado está contra elas (Gazzarolli, 2023).

Considerações finais

Escrever sobre a Zona Leste de São Paulo, ao mesmo tempo que é dolorido é gratificante, pois tem muito de mim nessas linhas. Este é um segundo esforço meu em escrever sobre o local de onde eu vim. O primeiro deles, eu utilizei o território, como exemplo de Bairros Colônias (Araújo Pessoa; Araújo Chersoni; Lima, 2022), porém, não foi um texto com centralidade na região. É, neste sentido, que este se torna meu primeiro esforço de contar um pouco dessa história que me atravessa de tantas formas.

A violência policial esteve presente em toda a minha infância, nas ruas do meu bairro e até mesmo dentro da minha casa. Ela atravessa a história de vida, não somente minha, mas, também da minha família, dos meus amigos e de milhares de jovens, que assim como eu, andaram pelas ruas de terra, pelas beiradas de esgotos a céu aberto, entre casas sem reboco, empinando pipa das lajes, bebendo água da caixa d'água azul e jogando futebol descalço.

⁶ Está afirmação surge após uma série de denúncias de que cemitérios clandestinos foram encontrados em diversas localidades de São Paulo, um deles, na Zona Leste, esses cemitérios enterravam diversos corpos de jovens negros que se quer se tornaram estatísticas (Cerântula, 2020).

Por conta disso, talvez, esse texto tenha demorado tanto a sair, porque ele não somente me atravessa, ele atravessa todos esses rostos, esses jovens que, assim como eu, perderam entes queridos pela violência do Estado.

É neste sentido que não concluo este escrito, ele é parte de um percurso que vem de muito antes, ele está na academia, a partir das políticas de ações afirmativas - agradeço a elas por estar tendo a oportunidade de escrever academicamente -, está também nas letras de *Rap*, *Funk*, *Samba*, *Soul*, dentre outras infinitas expressões artísticas, e, sendo este um percurso, espero que ele continue, a partir de meus esforços, e dos esforços destes outros rostos, pois se trata de uma luta coletiva. Portanto, a título de considerações finais, tentei demonstrar no texto como o racismo estruturou o desenvolvimento urbano e as relações sociais da Zona Leste de São Paulo.

Este, que é, também, um esforço de memória pessoal, e, a partir disso, são escancarados os cruzamentos de raça, classe e gênero. Um exemplo é que nos bairros com maiores concentrações de negros de São Paulo, é onde se concentra os piores índices de salários e expectativa de vida. É vergonhoso que a capital mais rica da América Latina, tenha uma disparidade de 23 anos entre quem mora no Alto de Pinheiros e Cidade Tiradentes, Extremo Leste.

Não à toa, são nestas localidades que se concentram as chacinas, as mortes, desrespeito com os locais de vivência das pessoas. “Os bairros são colônias e os colonizadores são o Estado (Araújo Pessoa; Araújo Chersoni; Lima, 2022, p. 328). E é com base na desumanização dessas pessoas, dos corpos negros, fios que conduzem a história brasileira, que o Estado, na figura das forças de segurança, se sente no direito de adentrar, como se nessas localidades não existissem seres humanos, como se a imensa gama de trabalhadores e trabalhadoras fossem criminosos, e aqui resgatamos os conceitos de crime e criminalização, desenvolvidos a longos anos pela Criminologia Crítica (Baratta, 2002, p. 96-98), e, que vem ganhando um enfoque racial necessário a partir do que vem sendo chamado de “controle racial militarizado” (Khaled Jr.; Góes; Pedroso, 2022).

Sendo assim, finalizo este escrito, compreendendo que infelizmente nenhuma novidade existe neste texto, nada de novo no *front*, mas com a esperança de que este escrito atravesse tantos outros que versam sobre temas relevantes, e que contribua com a luta histórica de tantas pessoas. “Fé pra isso!” Como diria *Abebe Bikila*, ou melhor, *BK*⁷.

⁷ *Rapper* carioca que canta sobre a luta das populações negras.

Referências bibliográficas

ALESSI, Gil. Do samba ao funk, o Brasil que reprime manifestações culturais de origem negra e periférica. **El País**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2019-12-07/do-samba-ao-funk-o-brasil-que-reprime-manifestacoes-culturais-de-origem-negra-e-periferica.html>. Acesso em: 3 ago. 2023.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO PESSOA, Sara de; ARAÚJO CHERSONI, Felipe de; LIMA, Fernanda Da Silva. “Verás que tudo é mentira”: os Movimentos Populares antiprisionais contra o Genocídio Racista Estatal a Partir Da Luta Das Mães de Maio. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, ed. 2, p. 318-344, 2022.

ARCOVERDE, Léo; LEITE, Isabela. Letalidade policial cresce 10% durante a pandemia na cidade de SP; crimes e prisões registram queda. **G1**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/29/letalidade-policial-cresce-10percent-durante-a-pandemia-na-cidade-de-sp-crimes-e-prisoos-registram-queda.ghtml>. Acesso em: 3 ago. 2023.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco**. O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARROS, Lorena. Ações sociais tentam cobrir lacuna de política pública no bairro paulistano onde se morre mais cedo. **JP News**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/sao-paulo-no-bairro-onde-se-morre-mais-cedo-acoes-sociais-tentam-cobrir-lacunas-de-politicas-publicas.html>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BENEDITO, Deise. De traficados a traficantes, a população negra é a maior vítima da guerra às drogas. **Portal Gueledés e Iniciativa Negra**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/de-trafficados-trafficantes-populacao-negra-e-maior-vitima-da-guerra-as-drogas-entrevista-com-deise-benedito/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BORIS, Fausto. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). Editora Brasiliense, São Paulo, Brasil, 1984.

CERÂNTULA, Robinson. Polícia descobre cemitério clandestino na Zona Leste de SP. **G1**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/23/policia-descobre-cemiterio-clandestino-na-zona-leste-de-sp.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DAL SANTO, Luiz Phelipe. Uma outra pena de morte: a violência letal do sistema penal brasileiro. **Direito, Estado e Sociedade**, [s. l.], n. 56, p. 167 - 197, 2020.

DALAPOLA, Kaique. PM espalha mortes no Guarujá (SP) e celebra contagem de corpos: ‘hoje as pessoas vão morrer’. **Ponte Jornalismo**, [s. l.], 2023. Disponível em:

<https://ponte.org/pm-espalha-mortes-no-guaruja-sp-e-tropa-celebra-contagem-de-corpos-hoje-pessoas-vaio-morrer/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua Criminologia**. Trad. Francisco Eduardo Pizzolante. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma História Não Contada**: Negro, Racismo, e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.

EMICIDA. **Intro**: quem já mordeu um cachorro por comida. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1mYVdBok0pQ>. Acesso em 3 ago. 2023.

FANON, Frantz Omar. **Em defesa da Revolução Africana**: Escritos Políticos. Feira de Santana: Adandé, 2022.

FANON, Frantz Omar. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Feira de Santana: Adandé, 2021.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, 2018.

FLAUZINA, Ana. Luiza. Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GAZZAROLLI, Márcia. Mães de Maio da Leste. In: **IV Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, Criciúma, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kw4_OzwGvN8&t=3230s. Acesso em 3 ago. 2023.

GAZZAROLLI, Márcia. O direito à vida da população negra e periférica. **Podcast**: Cena rápida número 15, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4lhvL41HRnnuiH7TIFkzbG?si=5e33578876114e42>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GAZZAROLLI, Márcia; MOREIRA, Jéssica. Márcia Gazzarolli: Não podemos deixar nossos filhos virarem estatísticas. **Memórias da Ditadura**, São Paulo, s.d. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/marcia-gazza/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

GLOECKNER, Ricardo Jacobson; GONÇALVES, Paula Garcia. Letalidade policial e ministério público: das práticas de extermínio ao discurso legitimador. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 25, n. 130, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GORDON, L. **What Fanon Said**: a philosophical introduction to his life and thought. Fordham University Press Publication, 2015.

GUIMARÃES, Jonhatan Razen Ferreira; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. Frantz Fanon e criminologia crítica: pensar o estado, o direito e a punição desde a colonialidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, [s. l.], v. 135, 2017.

KHALED Jr., Salah H.; GOÉS, Luciano; PEDROSO, Anayara Fantinel. Controle racial militarizado: desvelando as dinâmicas subculturais de significado que facilitam a atuação policial propensa à violação de direitos humanos (Brasil). **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2022.

LIMA, Livia. Zona leste: a luta no enfrentamento à ditadura nos extremos da cidade de São Paulo. **Memorial da resistência de São Paulo**, São Paulo, s.d. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/nos-mulheres-da-periferia-guaianases/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MALAGUTI BATISTA, Vera. O Alemão é Muito Mais Complexo. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 103-125, 2011.

MANO BROWN - "Ei, Polícia Nois Tamo Aqui" (Racistas Otários). Original RAP 100 Comédia, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ncs6mpUUXc. Acesso em 3 ago. 2023.

MARTINS, Leonardo. SP: Zona Leste e zona sul são regiões com maior letalidade policial. **UOL: Notícias**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/09/sp-zona-leste-e-zona-sul-sao-regioes-com-maior-letalidade-policial.htm>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MC KEVIN, SALVADOR DA RIMA, NOG, MC LELE JP E MC RYAN SP. **Vergonha pra mídia**. São Paulo: LP Records, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QkwAWe7nOXY>. Acesso em 3 ago. 2023.

PEREIRA, Raquel De Padua. **Mobilidade da Juventude Da Zona Leste de São Paulo**: construindo representações sociais e visões da metrópole. 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RACIONAIS: Das Ruas de São Paulo Pro Mundo. São Paulo: Netflix, 2022.

REDE NOSSA SÃO PAULO (São Paulo). Mapa da Desigualdade. **Mapa da Desigualdade**. São Paulo: e[s.n.], 2021. 82 p.

ROLNIK, Raquel.; FRÚGOLI JR., Heitor. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. **Cadernos Metrôpole**, [s. l.], n. 06, p. 43-66.

SANTOS, Milton. "A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção". São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE SÃO PAULO (SMPIR). Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo. **Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios**. São Paulo: Banco Interamericano De Desenvolvimento, 2015. Disponível em: https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/2017_sp_diverso_igualdade_racial_em_sao_paulo.pdf. Acesso em: 3 ago. 2023.

SILVA, Marcelo Vitale Teodoro da. **Territórios Negros em Trânsito: Penha de França – Sociabilidades e Redes Negras na São Paulo do Pós-abolição**. 2018. 310 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades apresentado a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TEIXEIRA, Alessandra. Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. **Tese de doutorado, FFLCH/USP**, São Paulo, Brasil, 2015.

TEIXEIRA, Leonardo Evaristo. **La militarización de la seguridad pública de Brasil en la Nueva República: una crítica de la economía política de la pena**. Maestría en Derechos Humanos de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí, San Luis Potosí, México, 2022. Disponível em: <https://repositorioinstitucional.uaslp.mx/xmlui/handle/i/8087>

TOMAZ DE SOUZA, Luanna; JULIÃO, Alexandre. O cair de “máscaras brancas” da criminologia crítica: aproximações teóricas a partir de Frantz Fanon. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, [s. l.], v. 10, n. 1, 2023.

WELLE, Deutsche. O "cemitério dos homicídios” de São Paulo. **Band Jornalismo**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/o-cemiterio-dos-homicidios-de-sao-paulo-16644606>. Acesso em: 19 nov. 2023.

WOLKMER, Antonio Carlos; MALDONADO BRAVO, Efendy Emiliano; FAGUNDES, Lucas Machado. Historicidade Crítica do Constitucionalismo LatinoAmericano e Caribenho. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 2843-2881, 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La palabra de los muertos: Conferencias de criminología cautelar**. Buenos Aires: Ediar, 2011. 339 p.

Felipe de Araújo Chersoni

Cria da Periferia da Zona Leste de São Paulo. Mestre em Direito na linha de Direitos Humanos pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGD-UNESC); onde foi bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Comunitárias (PROSUC-Capes). É pesquisador vinculado ao Grupo Pensamento Jurídico Crítico Latino-Americano, na qual se subdivide no grupo de Criminologia Crítica Latino Americana - Andradiano (UNESC); membro pesquisador CNPq no núcleo de Estudos em Gênero e Raça - Negra (Unesc); membro do eixo de Criminologia e Movimentos Sociais - Instituto de Pesquisa em Direito e Movimentos Sociais (IPDMS). Escreve sobre violência de Estado e Movimentos Populares. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4912-574X>.

* * *

Agradecimentos

Agradeço imensamente a parceria e todas as trocas com Márcia Gazza, coordenadora do coletivo Mães da Leste. Estendo os agradecimentos ao Núcleo de Estudos em Gênero e Raça (NEGRA/Unesc).